

“Domingo de Reminiscere”: tramas mnemônicas da romaria do Senhor dos Passos de Sergipe

Magno Francisco de Jesus Santos*

Dois de junho de 2010. Sala de reuniões do Conselho Estadual de Cultura do estado de Sergipe. A pauta de discussão tinha como objeto a avaliação da proposta apresentada pela vice-presidente do conselho, Ana Maria Nascimento Fonseca Medina,¹ de fazer reconhecer a procissão de Nosso Senhor dos Passos da cidade de São Cristóvão como patrimônio imaterial. O presidente do Conselho Estadual de Cultura, Luiz Fernando Ribeiro Soutelo,² designou a conselheira Ana Conceição Sobral de Carvalho³ para produzir o relatório sobre o registro da procissão (Sergipe, 2010). O relatório apresentado pela conselheira evidenciou os elementos que tornavam a celebração religiosa digna de ser registrada como patrimônio cultural dos sergipanos:

* Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), sob a orientação de Martha Campos Abreu. Bolsista Capes. Professor da Faculdade Pio Décimo.

1 Ana Maria Nascimento Fonseca Medina, filha de Raimundo Fernandes da Fonseca e Maria Isabel Silveira Fonseca, nasceu na cidade de Boquim na década de 1940. Graduada em Letras pela Faculdade Católica de Filosofia na cidade de Aracaju, estudou Museologia na Inglaterra e atuou como diretora de museus (Medina, 2010).

2 Sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e membro da Academia Estaciana de Letras. Tem como principais publicações *Aracaju, a História da mudança da capital* (1999) e *Convento de Santa Cruz e a Igreja Conventual: a presença franciscana* (2007).

3 Pesquisadora do patrimônio cultural sergipano. Museóloga provisionada com registro no COREM 1R. 0152-IV. Integrou a equipe que organizou o Museu de Arte Sacra de São Cristóvão, instalado na antiga Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, e foi diretora do Museu Histórico de Sergipe.

O ato religioso da Igreja Católica acontece no segundo final de semana da Quaresma, na Cidade de São Cristóvão, atraindo católicos de várias regiões do Estado, como também do País.

É uma tradição secular entre os sergipanos, emergindo também no seu entorno manifestações de cunho profano.

O evento religioso é matéria de estudo permanente para nossos pesquisadores, que sentem no fato cultural um rico repertório de valores que agregam elementos históricos, antropológicos, sociológicos, artísticos e culturais. (Sergipe, 2010, p. 2).

Tais elementos elencados pela pesquisadora enaltecem a procissão como um símbolo da sergipanidade,⁴ o elo identitário pautado na tradição. O relatório está guiado pelos elementos de perenidade da procissão, que perdura por mais de uma centúria, mas reconhece as mudanças que teriam emergido no entorno, com as expressões culturais profanas. A procissão foi pensada a partir de uma visão dicotômica entre o sagrado e o profano e sua disposição espacial na cidade de São Cristóvão. Nesse sentido, a proposta de Ana Carvalho evidencia dois pontos essenciais na referida procissão: a tradição e a vitalidade. O primeiro seria caracterizado pela repetição, pela presença dos católicos – especialmente os sergipanos – na procissão ao longo dos séculos, e constitui uma leitura idealizada do passado local que permanece no tempo presente. O segundo ponto é evidenciado pela pujança de estudos acerca da procissão, que denota a emergência de uma nova intelectualidade preocupada em descortinar o passado local e contribui para a construção de uma leitura do povo sergipano; desse ponto de vista, a procissão é entendida como um “repertório de valores” que podem ser analisados por pesquisadores de diferentes áreas das ciências sociais e humanas e das artes. Em suma, a procissão do Senhor dos Passos é apresentada como o elo que une passado e futuro, uma essência da propalada *sergipanidade*.

Para entender essa discussão sobre o reconhecimento da procissão do Senhor dos Passos como bem imaterial do patrimônio cultural sergipano é preciso problematizar a conjuntura em que se deu esse passo inicial do processo. Com esse fim, o texto foi estruturado em dois momentos. No primeiro, foi discutido o processo de sistematização das políticas patrimoniais em

4 O folclorista Luiz Antônio Barreto definiu a *sergipanidade* como “o conjunto de traços típicos, a manifestação que distingue a identidade dos sergipanos, tornando-os diferentes dos demais brasileiros, embora preservando as raízes da história comum” (Barreto, 2011).

Sergipe no último decênio. No segundo, foi analisada a trama mnemônica da romaria do Senhor dos Passos, tendo como fio condutor as fontes orais.

Embates na definição dos “novos” patrimônios

Os embates no reconhecimento dos “novos” patrimônios em Sergipe assumiram um papel preponderante nos últimos anos e elucidaram a constituição de uma cultura política em que o popular se torna foco das atenções. Inspirados pelo decreto que instituiu o patrimônio imaterial no Brasil (Brasil, 2000), intelectuais e políticos passaram a buscar as expressões culturais de Sergipe que poderiam ser reconhecidas como bem de natureza imaterial. Essa busca pelo passado e pelas expressões “típicas de Sergipe” gerou a proliferação de registros aprovados pelo Poder Legislativo,⁵ sem passar pela avaliação do Conselho Estadual de Cultura, nem mesmo pela Secretaria de Estado da Cultura. Parte considerável da gastronomia estadual foi objeto de registro via decreto, o que evidenciava mais uma preocupação de legitimação de determinados grupos políticos do que a chancela e proteção dos bens reconhecidos.

É importante registrar que apesar do reconhecimento dos bens de natureza imaterial como patrimônio cultural sergipano, não foi elaborado nenhum dossiê ou outro tipo de estudo sobre os bens protegidos. Nem mesmo os atores sociais produtores dos saberes e fazeres patrimonializados souberam do reconhecimento oficial. Isso pode ser visto como resultado da ausência de diálogo entre a esfera legislativa e o Conselho Estadual de Cultura, setor responsável pelo levantamento e salvaguarda dos bens sergipanos. Contudo, nos últimos anos ocorreram importantes ações voltadas para a redefinição do organograma do governo do estado de Sergipe, como a constituição da Subsecretaria de Estado do Patrimônio Histórico e Cultural (SubPac)⁶ e a criação de instituições museológicas.⁷ Desse modo, as questões atinentes ao patrimônio

5 Em 2011, o amendoim verde cozido, a queijada, o manauê, a bolachinha de goma, o doce de pimentado-reino, o pé-de-moleque de massa puba, o beiju de tapioca, o macasado e o saroi foram decretados patrimônio cultural sergipano por meio do Decreto nº 27.720, de 24 de maio de 2011.

6 A SubPac está subordinada à Secretaria da Casa Civil, e substituiu o antigo Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico.

7 No período entre 2010 e 2012 foram criados dois novos museus em Sergipe. O primeiro, Palácio-Museu Olímpio Campos, foi criado por meio da Lei nº 6.874, de 11 de janeiro de 2010. O segundo, Museu da Gente Sergipana, foi inaugurado no dia 11 de novembro de 2011.

cultural sergipano passaram a ser geridas pela SubPac, que teve como principal ação, em seus primeiros anos de existência, a campanha em defesa do reconhecimento da Praça São Francisco como patrimônio da humanidade.⁸

O processo de avaliação da procissão do Senhor dos Passos de São Cristóvão como patrimônio cultural imaterial de Sergipe foi marcado por ações oriundas de diferentes campos. Aparentemente as discussões sobre patrimônio passaram a ser “assunto da moda” entre intelectuais e políticos, mas de ambas as partes as discussões foram pouco efetivas no tocante ao diálogo com as comunidades envolvidas. Isso pode ser visto como reflexo de uma política cultural em que se buscam as “origens e raízes” da cultura sergipana, mas se negligenciam os agentes culturais envolvidos com a trama debatida. O “rico repertório de valores” é valorizado por sua ligação com o *passado*, ou seja, as expressões culturais continuam sendo vistas como sobrevivências de outros tempos no presente. Nesse sentido, o presente apresenta-se de modo amorfo, cristalizado e desprovido de sentido, pois o seu valor está no passado.

Além disso, o impacto dos decretos que reconhecem os novos bens de natureza imaterial em Sergipe não chega a atingir nem mesmo toda a esfera do poder público, levando-se em consideração a ausência da chancela do Conselho Estadual de Cultura e de ações de educação patrimonial. As experiências das camadas populares são silenciadas no contexto do tempo presente; a cultura sergipana é, dessa forma, vista como um bem preservado e inócuo. Em contrapartida, o relatório apresentado por Ana Conceição Sobral de Carvalho dialoga com a proposta do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) de promover estudos acerca do patrimônio imaterial. A conselheira afirma que:

A magnitude e abrangência do fato cultural preservado até os dias de hoje pela comunidade devocional torna relevante o seu reconhecimento oficial através do registro como bem imaterial do Patrimônio Cultural Sergipano. Aliado ao registro como bem imaterial, é importante que seja elaborado o projeto de mapeamento detalhado de todo o conjunto que envolve o ato religioso e a festa em seus vários aspectos, como: rituais de penitência, objetos

8 A Praça São Francisco da cidade de São Cristóvão recebeu a chancela da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) como patrimônio da humanidade no dia 1º de agosto de 2010. É a praça em que ocorre o encontro das imagens do Senhor dos Passos e da Nossa Senhora da Soledade.

devocionais, música, culinária, entre outros fatos que emanam desse universo místico, para efeito de estudo, publicação e difusão. (Sergipe, 2010, p. 1).

A autora do parecer expõe que o reconhecimento oficial da procissão deve ocorrer devido à “magnitude e abrangência do fato cultural preservado até os dias de hoje” – o que indica uma perspectiva preservacionista da cultura, como já foi debatido anteriormente. Entretanto, ela evidencia a necessidade de se realizar um levantamento sobre o bem cultural com o propósito de divulgar o patrimônio sergipano.⁹ Essa recomendação final é de grande relevância, pois pode ser uma estratégia para promover o diálogo entre os intelectuais (estudiosos defensores do patrimônio cultural) e a comunidade (produtores do patrimônio).

Outra questão relevante em relação à proposta de registro da solenidade como patrimônio imaterial é a abrangência do que deve ser reconhecido. Ana Carvalho ressalta de forma preliminar alguns aspectos que poderiam ser estudados no mapeamento: “os rituais de penitência, objetos devocionais, música e culinária”. Essa proposição provoca um olhar sobre a solenidade numa perspectiva relativamente ampla, que considera o cotidiano, a entrega dos ex-votos e a alimentação. Todavia, o termo utilizado na proposta de registro evidencia uma restrição do bem registrado. Utiliza-se apenas *procissão* do Senhor dos Passos, delimitando o evento à organização oficial feita pelo clero, ou seja, fica excluída a complexa seara de atividades do entorno da romaria. Essa limitação imposta pelo uso do termo *procissão* certamente é fruto da produção intelectual acerca do tema, que tem explorado o viés do rito, das práticas penitenciais e até mesmo da continuidade do passado no presente.¹⁰ Na historiografia sergipana sobre os Passos, os termos mais usuais são *feira*, *procissão*, *procissão dos penitentes*, *solenidade* e *peregrinação*. Em raríssimas ocasiões os termos escolhidos são problematizados, o que leva à constatação de que muitas vezes o pesquisador entende os conceitos como algo predeterminado e estanque.¹¹

9 Até o momento não foi realizada nenhuma ação voltada para a elaboração do projeto de mapeamento das expressões culturais inseridas na romaria do Senhor dos Passos. Uma ação isolada, realizada pelo IPHAN-SE, foi realizada em maio de 2012 em São Cristóvão, com a Jornada do Patrimônio.

10 Um caso elucidativo dessa perspectiva está presente na dissertação de Antônio Bittencourt Júnior (2003).

11 No levantamento realizado sobre a romaria do Senhor dos Passos de São Cristóvão, os únicos trabalhos que problematizam os conceitos *romaria* e *peregrinação* são *Na trilha dos Passos do Senhor* (Santos; Nunes, 2005) e *Os Sete Passos da Paixão* (Santos, 2014).

A trama mnemônica do Bom Jesus

À revelia dos embates em torno do patrimônio cultural sergipano, os moradores de São Cristóvão, vizinhos do Senhor dos Passos, organizam a celebração, que é a mais importante do calendário religioso da cidade. Nas palavras da pesquisadora sobre romarias no Brasil, Juliana Barreto Farias:

Quando a Quarta-feira de Cinzas chegar, no final deste mês, os moradores de São Cristóvão, em Sergipe, já estarão contando os dias para outra comemoração. No segundo fim de semana da Quaresma (que se encerra na Páscoa), milhares de sergipanos tomam as ruas, calçadas e praças da cidade para acompanhar a procissão do Senhor dos Passos. (Farias, 2009, p. 24).

Contar os dias em espera da romaria do Senhor dos Passos é prática comum entre os cristovenses. A espera e a rememoração das romarias anteriores se tornaram parte do ritual da população da cidade. O passado é revisto, reinventado e recontado no tempo presente. Essa constatação provém das entrevistas realizadas com moradores da cidade. Tais entrevistas integraram as ações de duas pesquisas. A primeira, *Romeiros do Senhor dos Passos*, buscou compreender a visão dos romeiros da cidade de Lagarto, com um total de 150 entrevistas. Algumas delas foram com moradores de São Cristóvão, no intuito de compreender a acolhida dos romeiros. A segunda, *Caminhos dos sentidos*, foi voltada às memórias da romaria, com a realização de dez entrevistas com os organizadores e descendentes das antigas irmandades de São Francisco e da Ordem Terceira do Carmo.

Neste artigo, usarei apenas três dessas entrevistas, por considerá-las significativas nas construções mnemônicas acerca das celebrações do início do século XX e do início do novo milênio, ou seja, elas elucidam a releitura da romaria no alvorecer do século XXI. A primeira entrevista foi realizada em 2003, com Maria Paiva Monteiro (1913-2004).¹² Nascida em 1913, ela era filha do antigo tesoureiro da Ordem Terceira do Carmo, Horácio Pio Monteiro (1852-1924), e ao longo da vida atuou nas principais congregações religiosas da cidade, inclusive com participação ativa na crise de extinção da antiga Ordem Terceira e criação da Associação Nossa Senhora do Carmo, nos idos de 1977.

12 Em outras entrevistas, os moradores se referem a ela como dona Marinete, como também é conhecida.

A segunda entrevista foi realizada em 2012 com Eunice Batista. Sobrinha do último terceiro do Carmo (Domingos Sobral do Rosário), ela atuou ao longo da segunda metade do século na organização da romaria, sendo uma das responsáveis pela lavagem das roupas das imagens do Senhor dos Passos e da Nossa Senhora da Soledade. Além disso, também teve proximidade com os franciscanos que promoveram a reforma devocional.

Por fim, o último entrevistado passou a infância auxiliando Maria Paiva Monteiro na organização da Igreja da Ordem Terceira do Carmo, onde também trabalhou como zelador. É Jorge dos Santos, carnavalesco que atuou em importantes escolas de samba do Rio de Janeiro e que foi entrevistado em 2011. Ele reproduziu importantes diálogos que teve com romeiros pagadores de promessas. Apesar de terem sido realizadas em momentos diferentes, as entrevistas mantiveram o mesmo padrão, com uma conversa informal no primeiro momento, e a seguir gravação das entrevistas semiestruturadas.

A romaria do Senhor dos Passos, de acordo com o memorialista Serafim Santiago (1920), que escreveu sobre a procissão dos Passos no final do século XIX, era vista pela população sergipana como momento de regozijo, de efervescência cultural, de rememoração dos tempos idos de capital. A semana sagrada de Passos, com a maior romaria do estado, era o momento de maior expressão na vida cultural dos moradores da cidade ao longo de todo o século XX. De acordo com Santiago, a velha São Cristóvão transformava-se no período quaresmal. Ali constituía-se um santuário para a população católica de Sergipe, que ia participar da romaria do Senhor dos Passos, e de outras celebrações penitenciais, como a Procissão das Cinzas e as solenidades da Semana Santa. Para o memorialista:

No correr das sete semanas de quaresma denominadas: Anna, Bagana, Rabeca, Suzana, Lázaro, Ramos e a última que se costumava dizer: em Páscoa estamos. Nestes dias a velha cidade ficava repleta de romeiros que ali compareciam para assistir aos actos divinos. (Santiago, 2009, p. 179).

No olhar dos moradores da cidade entrevistados, a romaria do Senhor dos Passos era, ao longo do século XX, a ocasião para celebrar a permanência do status de capital religiosa de Sergipe. Apesar da perda da centralidade política e do discurso da decadência econômica, a população local celebrava o fato da cidade de São Cristóvão continuar sendo o centro que atraía a população católica de todo o estado para a celebração da dor (Santos, 2012), para

a rememoração dos dramas da Paixão de Cristo. As semanas da Quaresma, mais do que possuírem nomenclaturas específicas, eram solenizadas pelas ruas, por meio de procissões que reviviam os últimos momentos de Cristo e mostravam o poderio das diferentes camadas sociais. Contudo, no período entre o final do século XIX e o início do século XX, as nomenclaturas passaram a perder parte de seu sentido, pois as irmandades perdiam espaço diante da força do processo de reforma devocional católica (Santos, 2013). Nos primeiros anos do século XX, as imagens do Cristo sofredor como Senhor dos Martírios não saíam mais de seus nichos, do mesmo modo que seus devotos não mais se expunham nas procissões majestosas. Diante dos conflitos que minavam as antigas irmandades, “Anna, Bagana, Rabeca, Suzana, Lázaro, Dores e Semana Maior” perdiam seu significado e conseqüentemente sua importância. A nomenclatura das semanas da Quaresma foi alterada, e os antigos nomes foram paulatinamente esquecidos. A contagem do tempo modificou-se ao longo da Primeira República e inventaram-se outras formas de expressar a resistência ao processo de reforma devocional e ao fim das irmandades com suas velhas tradições. Falava-se em *Semana de Passos*, *Sábado de Passos* e *Domingo de Reminiscere*.¹³

Domingo de Reminiscere. Domingo de lembrar. Esse ato mnemônico associado à romaria do Senhor dos Passos, ao qual temos acesso por meio das palavras do memorialista Santiago, reflete os diferentes usos do passado como estratégia de reivindicação da história e de resistência às mudanças oriundas dos tempos “modernos”. Serafim Santiago era um homem religioso que estava perdendo espaço em sua cidade. Era membro da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos, que desde o último quartel do século XIX passava por séria crise, que a levou a ser extinta antes mesmo da chegada dos franciscanos da Alemanha. O homem católico e conhecedor das tradições de seu torrão natal expirava a sua tristeza ao ver o desaparecimento de festas, o fechamento de igrejas e a proibição de procissões. Em certos momentos, Serafim Santiago aparenta escrever para deixar um sinal dos tempos que vivenciou, mas que estavam desaparecendo. No início do século XX, Santiago lamentava a substituição dos tempos de irmandades pelos de

13 É o segundo domingo da Quaresma; do Salmo 25, versículo 6: “*Reminiscere miserationum tuarum, Domine, et misericordiarum tuarum, quoniam a saeculo sunt*” (“Lembra-te, Senhor, das tuas misericórdias e da tua bondade. Porque são desde a eternidade.”). Nesse domingo, em São Cristóvão celebra-se a procissão do Encontro.

apostolado; dos tempos dos homens de religião pelo das mulheres beatas. De certo modo, Santiago é um homem que transita entre esses dois universos, entre esses dois momentos do catolicismo em Sergipe.

Lembrar é um ato de resistência e de reivindicação. Serafim Santiago compreendia isso e usava bem. Nos tempos em que as igrejas estavam cerradas para os seus modos de operar diante do sagrado, Serafim utilizava-se das narrativas sobre o passado para provar o seu prestígio e respeitabilidade entre os homens que sabiam “ver o valor da religião”. A romaria dos Passos é descrita por meio dos bastidores, como sutil estratégia de comprovar a articulação do memorialista com os setores da elite cristovense, com os membros do clero sergipano oitocentista e com os membros das irmandades e ordens terceiras.

Na segunda metade do século XX, o patrimônio mnemônico da romaria dos Passos assume uma nova significação para os moradores da cidade, particularmente em relação aos cuidados com a vestimenta da imagem do Senhor dos Passos. Leigos membros da Ordem Terceira do Carmo passaram a organizar o processo de troca das vestimentas da imagem. Pode-se dizer que os terceiros carmelitas preocuparam-se em velar os bastidores da grande solenidade.

A organização da romaria ao longo do século XX ficou a cargo de um número reduzido de pessoas, com poucas alterações e sempre protegendo os segredos da romaria. É justamente nessa penumbra que as “zonas de sombras, silêncios, não ditos” (Pollak, 1989, p. 10) podem ser observadas. O fato de não se permitir que ninguém veja a arrumação, oferecendo-se aos não participantes apenas uma descrição do processo, consiste em uma estratégia de construção do mistério e de uma hierarquia simbólica. Além de ser da cidade, era exigido também que o candidato ao ato de troca de vestimenta do Senhor dos Passos fosse *respeitável*. Serafim Santiago, homem pardo e funcionário público, membro da humilde irmandade de Nossa Senhora do Amparo, mostrou ter reconhecimento de seus “amigos” da Ordem Terceira do Carmo, evidenciando suas estratégias de negociação com os conterrâneos:

Desde a collocação da Sagrada Imagem na Igreja – Ordem 3ª do Carmo, os antigos frades Carmelitas, de acordo com os músicos e o pòvo christovense, instituíram a devoção de uma Missa com musica todas as 6ªfeiras às 7 horas da manhã. Terminado o sacrificio, na antevéspera da procissão dos Passos, ali se achava o pardo Justiniano da Silveira, homem popular e

bom artista armador, acompanhado de outros rapazes a convite d'elle para cuidadosamente descer do Trono a respeitavel Imagem e a conduzia à mãos para a Capella-mor da Igreja do Carmo, contigoa à Ordem 3ª, onde já se achava sobre dois cavalletes a rica charola toda guarnecida de um lindo debucho moldado em fina e antiga prata, e sobre este desenho admiravel, os 7 Passos gravados em pequenas redomas do mesmo metal galvanizado a ouro. Depositada a Imagem no centro da charola, elle Justiniano, que estava incumbido por antiga devoção, de despir e vestir novamente a referida Imagem; acto continuo, tratava, primeiro que tudo, de evacuar a Igreja, só ali ficando o velho sacristão – Maximiliano Teixeira de Jesus, e eu Serafim de Sant'Iago, pela grande consideração que a elle era dispensada pelas pêssoas de minha família de quem era compadre e amigo velho, pois elle no acto de despir e vestir a Imagem, não admitia pessoa alguma, com especialidade meninos. (Santiago, 2009, p. 181).

O ato de vestir a imagem do Senhor dos Passos era considerado um dos momentos de maior zelo entre os organizadores da romaria. Fechar as portas da igreja era prática recorrente na véspera da procissão do Depósito. A retirada das pessoas desconhecidas do templo era a garantia da manutenção do segredo e da exclusividade dos homens de confiança. Mas afinal, o que representava ser homem de confiança? Qual o significado social de integrar o seletivo grupo de arrumadores da charola do Senhor dos Passos nos primeiros decênios do século XX?

Não é tarefa fácil responder a tais questões. O próprio Serafim Santiago afirma que a cidade de São Cristóvão no período entre o final do século XIX e início do XX era repleta de artistas armadores. No *Anuario christovense* mais de uma dezena desses artistas aparecem nas descrições dos bastidores das festas de igrejas da cidade, o que evidencia que a profissão tinha um importante campo de trabalho em São Cristóvão. Santiago apresenta alguns indícios de que teria executado alguns trabalhos na área, juntamente com membros de sua família, na qual existiam profissionais renomados, como o seu tio, Pedro Antonio Falconière,¹⁴ que, além de ser tesoureiro da afamada Irmandade Nossa Senhora da Vitória, também executou alguns trabalhos de

14 Segundo Serafim Santiago: “[...] meu Tio Pedro Antonio Falconière que, naquelle tempo, occupava o cargo de Thezoureiro da Irmandade da Victoria, e conhecido naquella cidade, como um dos melhores armadores” (Santiago, 2009, p. 268).

armador nas festas da padroeira da cidade e da Independência de Sergipe, o popular 24 de Outubro (Santiago, 2009, p. 284).

Esses primeiros dados evidenciam que Serafim Santiago tinha respeitabilidade entre os armadores por ser integrante de uma família que atuava na área. Além de seu tio, tesoureiro da Irmandade da Vitória, abrigada na Igreja Matriz, ele também era compadre de Justiniano da Silveira, armador responsável pela arrumação do Senhor dos Passos. Pode-se perceber que existia uma rede de sociabilidades entre os armadores da cidade, que também eram integrantes de importantes irmandades e confrarias.

A participação desses homens em irmandades consideradas de elite pode ser vista como indício de que a profissão era respeitada e podia produzir rentabilidade. Não se pode esquecer que o calendário festivo da cidade era complexo, tanto em decorrência das inúmeras irmandades, confrarias e ordens terceiras, como também pelas festividades de cunho cívico, que iam da Independência do Brasil à Emancipação Política de Sergipe. Ao que tudo indica, não faltava trabalho para os armadores de São Cristóvão. O armador era um “decorador, especialmente de igrejas” (Aulete, 1881), “o que concerta [igrejas, casas] e adorna de festa” (Silva, 1813, p. 113), ou ainda aquele “que orna as casas” (Pinto, 1832, p. 105) – responsável pela ornamentação de altares, dos andores e dos carros para as procissões. Na romaria do Senhor dos Passos, além da arrumação das charolas dos santos de devoção, os “armadores e seus ajudantes collocavam os 7 Passos para serem visitados à tarde na ocasião do itinerário da procissão” (Santiago, 2009, p. 185).

Nesse caso, como a cidade de São Cristóvão não possuía as capelas dos Passos,¹⁵ os armadores trabalhavam nas casas de moradores “tradicionais”, a maioria deles ligada à política sergipana. Desse modo, circulavam entre as diferentes camadas sociais, indo das autoridades mais poderosas politicamente às camadas populares. No caso dos Sete Passos na romaria de São Cristóvão – entre o final do século XIX e o início do século XX –, as armações estavam distribuídas entre importantes famílias da elite sergipana, como as de José Joaquim Pereira e do Major Muniz, homens que ocuparam importantes cargos na política provincial.

15 Em algumas cidades onde era realizada a procissão do Encontro foram construídos pequenos nichos onde ficavam imagens ou pinturas que representavam as cenas da Paixão. Ao longo da pesquisa, pude encontrar os Passos nas cidades de Paraty, no Rio de Janeiro; Ouro Preto, São João del Rey, Tiradentes, Mariana e Sabará, em Minas Gerais; Oeiras, no Piauí; e Alcântara, no Maranhão.

No caso do armador Justiniano da Silveira, os trabalhos na romaria do Senhor dos Passos ocorriam em diferentes frentes. Primeiro, armava as charolas do Senhor dos Passos e da Nossa Senhora da Soledade.¹⁶ Depois armava os Sete Passos da procissão do Depósito, no sábado à noite, e os mesmos Sete Passos da procissão do Encontro, no domingo à tarde. Além disso, o armador também trabalhava ao longo da penitencial procissão do Depósito,

[...] providenciando para melhor ordem da sahida, isto é, fasendo accender o grande numero de velas postas dentro de cartuchos de papel artisticamente bordados e abertos a canivete, que eram levados por homens e meninos, ficando esses cartuchos bem transparentes depois de acezas as velas, formando uma vistosa illuminação. (Santiago, 2009, p. 182-3).

A procissão dos Passos era grandiosa e gerava gastos consideráveis para a Ordem Terceira do Carmo. Por ser uma das duas procissões que, segundo as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, poderiam ser realizadas à noite,¹⁷ os elementos artísticos envolvidos eram bem maiores e mais onerosos do que os das demais solenidades.¹⁸ Os gastos com a organização das festas dos oragos constituíam a despesa principal das irmandades e confrarias no Brasil oitocentista, como evidenciam estudos recentes (Flexor, 2001). Há grande possibilidade de que os maiores gastos das irmandades de São Cristóvão na segunda metade do século XIX e nos primeiros decênios do século XX tenham sido com os serviços dos armadores.¹⁹ Por esse ângulo, percebe-se que os armadores eram profissionais que tinham condições de ascender socialmente, além da oportunidade de circular livremente entre os diferentes segmentos sociais, especialmente entre os homens da política sergipana.

16 Os andores são arrumados para as procissões na quinta-feira da Semana de Passos, ocasião em que a igreja é fechada para o ato solene de descida da imagem do Senhor dos Passos do seu nicho no altar-mor, presenciado por dois homens e duas mulheres.

17 Segundo a normativa que prevaleceu ao longo de praticamente todo o período imperial, era expressivamente proibido realizar procissões noturnas, exceto a dos Fogaréus, pela Santa Casa de Misericórdia e a do Depósito do Senhor dos Passos, pela Ordem Terceira do Carmo (Vide, 2007, p. 192).

18 Segundo Maria Paiva Monteiro, no dia da procissão do Depósito os moradores das ruas por onde o cortejo passava colocavam lanternas para iluminar o itinerário. Ela afirma que "todo mundo colocava lanternas. Lá em casa já tinha lanternas prontinhas" (Monteiro, 2003).

19 No livro de despesas da Irmandade do Glorioso Santo Antônio do Carmo se pode observar que, entre todos os serviços encomendados, o que teve maior valor foi o do armador (Santos; Santos, 2010).

Contudo, um aspecto presente na assertiva de Serafim Santiago provoca estranhamento. A Ordem Terceira do Carmo, até o século XIX, era a mais importante associação religiosa de leigos de Sergipe, congregando parte considerável da elite política local. Senhores de engenho, barões do açúcar e autoridades políticas integravam o seletivo grupo dos terceiros de São Cristóvão. Todavia, na descrição do memorialista, a cena da troca de roupas da imagem do Senhor dos Passos era protagonizada por pardos. Tanto o memorialista, que estava presente no ritual devido à “grande consideração dispensada pela sua família ao compadre e amigo velho” quanto o armador Justiniano da Silveira eram pardos e membros da Irmandade do Amparo. Estranhamente, nenhum dos terceiros do Carmo participava do ato tão nobre e solene de “despir e vestir novamente” a respeitável imagem. Essa ausência não significa um mero descaso com o trabalho dos bastidores da grande romaria, e deve ser problematizada para que se compreenda o que levava esses pardos a lacrar as portas da Igreja do Carmo – pois é perceptível que, ao realizarem trabalho semelhante nas demais irmandades, os armadores não fechavam as igrejas, e permitiam que os moradores observassem a ornamentação dos templos e nichos. No caso da imagem do Senhor dos Passos, a atenção ao respeito era preponderante, o que denota uma preocupação com a autoafirmação social. Poucos armadores tinham condições de realizar o devoto ofício e poucos poderiam acompanhar o ato. Desse modo, ao integrar o grupo de armadores da cidade de São Cristóvão, Serafim Santiago provava que era um homem que circulava entre os meios influentes da sociedade sergipana. De um lado, dialogava com a inteligência local, mostrando-se sua face de “homem de letras”; de outro, comunicava-se com os moradores de São Cristóvão – fogueteiros, caboclos, escravos e políticos influentes. Mais do que isso: ao auxiliar seus familiares nos serviços de armação, circulava entre os membros das diferentes irmandades de sua terra natal, observando o processo de organização das festas dos oragos e, principalmente, ouvindo as narrativas de seus antigos tesoureiros. Armava-se a festa e a memória coletiva da cidade encontrava seu porta-voz.

A presença de homens pardos circulando nos bastidores das principais solenidades de São Cristóvão evidenciava algumas transformações que vinham ocorrendo na cidade. Com a transferência da capital do estado para Aracaju, muitas famílias migraram para lá, onde também criaram novas irmandades, como a do Santíssimo Sacramento. Paulatinamente São Cristóvão entrava em declínio econômico, situação que se agravou no final do século, com a perda do espaço político de muitos senhores de engenho e a

opção dos herdeiros de construir suas carreiras políticas e econômicas na nova capital. Diante da perda do status que mantiveram por mais de dois séculos – com as baixas sofridas no número de adeptos e nos meios de manter-se –,²⁰ as irmandades e confrarias cristovenses viram-se compelidas a integrar novos segmentos sociais: até mesmo a Ordem Terceira do Carmo passou a ter como irmãos homens de cor, que a partir da segunda década do século XX também podiam tornar-se membros da mesa diretora.

A repercussão dessas mudanças do cenário político-econômico sergipano nas irmandades de São Cristóvão foi socialmente drástica. A perda de poderio e as transformações decorrentes do processo de modernização da sociedade sergipana levaram à redução do número de procissões, assim como do número de andores que saíam nelas. Paulatinamente o campo dos profissionais das festas religiosas foi restringido e ainda na primeira metade do século XX eles praticamente desapareceram. Esse foi o caso dos encarnadores e armadores de São Cristóvão, que com o processo de reforma devocional e a extinção das irmandades da Vigaria Geral de Sergipe, em 1906, praticamente não tinham mais em que trabalhar.

A romaria do Senhor dos Passos também foi afetada por essa redefinição do campo de atuação dos profissionais das festas nos primeiros decênios do século XX. A presença de armadores tornou-se rara e os próprios irmãos terceiros do Carmo passaram a organizar a arrumação dos andores, cuidando para manter a mesma postura de não permitir que outras pessoas vissem a retirada da imagem do altar-mor e a troca das vestimentas. Assim, os saberes e fazeres em torno da romaria permaneciam como um bem compartilhado entre poucos moradores, que constituem o que pode ser chamado de “elite” dos bastidores da romaria.

A partir da terceira década do século XX, a organização dos andores passou a ser realizada exclusivamente por membros da diretoria da Ordem Terceira do Carmo, como Horácio Pio Monteiro e Domingos Sobral do Rosário.²¹ Para a análise das transformações na romaria, as fontes orais trouxeram importantes elementos. Segundo Maria Paiva Monteiro, a morte do último terceiro carmelita foi sentida pelos organizadores da solenidade, pois:

20 Um caso elucidativo dessa situação de precariedade foi o da Santa Casa de Misericórdia, que desde o último quartel do século XIX encontrava-se endividada, sofrendo intervenções do poder público provincial (Silva Filho, 2011).

21 O senhor Domingos Sobral do Rosário foi o último terceiro do Carmo e faleceu em 1976. Era negro e ao longo de praticamente todo o século XX esteve à frente da mesa diretora da Ordem.

O último terceiro do Carmo foi Domingos Sobral do Rosário. [...] Ele é quem tomava conta da igreja. Vinha às vezes outro, mas tudo era com ele. Ele é quem sabia onde estavam as peças. Ele é quem sabia como se veste o Senhor dos Passos. Olha, quando ele morreu... porque não se esperava que ele morresse assim depressa... e nós tomamos conta. Houve um até que abandonou [risos]. Também tinha alguns que eram sabidos. Graças a Deus! Ficou um senhor lá que era muito avexadinho, assim... não era muito esperto, não era bem da bola não, mas para essas orientações ele foi ótimo. Ele chamava Senhor dos Passos de ‘meu chefe’: ‘Eu fico aqui é por ordem do meu chefe’. E então era ótimo. Então, no primeiro ano para a gente armar esse andor do Senhor dos Passos, tirar aquela cruz pequena e colocar a cruz grande... tem uma parte assim, que é coberta de prata e você pensa que é um espeto. Porque tem um ganchinho assim em cima, e ajusta direitinho na cruz. Quer dizer, é fácil para quem sabe, mas vendo assim despencado... Ah, meu Deus, que sacrifício! (Monteiro, 2003).

Percebe-se que a crise gerada com a morte do último terceiro do Carmo não foi exclusivamente no campo da organização institucional, mas se deu também na própria romaria, pois ele acabou encerrando um ciclo da transmissão de saberes pautado no ver fazer e no ouvir como se faz. A morte de Domingos Sobral do Rosário significou em parte a morte da própria circulação de saberes da romaria do Senhor dos Passos, pois os herdeiros da honraria tiveram que reinventar o modo de fazer a montagem das charolas. A descida da imagem do seu nicho no altar-mor era um dos momentos de maior ritualização da solenidade; cada momento era interpretado como um mistério, um contato imediato com o sagrado e, conseqüentemente, a constituição de uma relíquia. Após a descida da imagem “do nichozinho, segurada por dois homens, com muito jeito” (Monteiro, 2003), ocorria a sua lavagem. Maria Paiva Monteiro constata as mudanças de concepções sobre o rito:

A senhora que tomava conta de lá, do Senhor dos Passos... quando ele descia, ela lavava os pés dele com uma esponjinha. E ela engarrafava a água e distribuía com as pessoas que antes pediam a ela. Então era a água dos pés do Senhor dos Passos. Era uma relíquia! Agora depois, esse negócio deixou de se fazer. Primeiro porque podia estragar a pintura. Depois porque ela fazia com muito cuidado. Eu mesma não quero fazer isso, porque dá trabalho e eu não acredito muito assim. Porque a gente não pode tirar quem quiser

acreditar, mas eu não acredito. Agora também não dá para a gente fazer sem acreditar. Isso se a gente não faz com fé, não vale! (Monteiro, 2003).

A assertiva da entrevistada elucida as mudanças de concepções entre duas gerações distintas. A primeira, herdeira do catolicismo oitocentista, tornava todo momento de arrumação das imagens uma ocasião especial e mística. Na primeira metade do século XX, as práticas religiosas dos bastidores da romaria do Senhor dos Passos expressavam elementos de um ritual que era combatido pelo clero reformador. No discurso civilizador, tais práticas eram vistas como meras superstições, fragmentos de rituais pagãos no seio do catolicismo que deveriam ser extirpados. Maria Paiva Monteiro, a madrinha dos cristovenses, representava outra face das práticas religiosas da cidade: filha de um terceiro carmelita, educada na importante Escola Normal de Aracaju e professora na Escola Imaculada Conceição das irmãs missionárias, ela refletia a posição de um agente que circulava livremente entre as duas perspectivas conflitantes do catolicismo sergipano do século XX. A sua relutância em dar prosseguimento ao ritual de lavagem dos pés da imagem é justificada pela preocupação com a preservação patrimonial e pela descrença. Possivelmente a ordem de importância das duas justificativas seja inversa à da sua menção na entrevista, pois a argumentação sobre a descrença nesse ritual é muito mais evidente e extensa. Maria Paiva Monteiro foi uma agente de negociação entre as diferentes práticas do catolicismo – principalmente entre o clero reformador e os devotos das camadas populares. Seu discurso expõe uma posição de diálogo quando afirma simultaneamente “a gente não pode tirar” e “eu mesma não quero fazer isso”. De qualquer modo, a fala da entrevistada expressa que o catolicismo das camadas populares necessitava de mudanças, de reforma, mesmo reconhecendo que não haveria como impor uma nova conduta religiosa.

Após a lavagem dos pés do Senhor dos Passos, ocorria a troca de roupas. As túnicas da imagem geralmente eram fruto de doações piedosas dos promesseiros. Com isso, praticamente todos os anos a imagem do Senhor dos Passos sai em procissão com uma vestimenta nova, doada por devotos promesseiros e costurada por moradoras da cidade, como dona Madalena e dona Rivanda.²² Segundo Jorge dos Santos:

22 Antigas devotas responsáveis pela confecção das túnicas do Senhor dos Passos e da Nossa Senhora da Soledade. Além disso, juntamente com Maria Paiva Monteiro, elas faziam a troca de vestimenta da imagem da Virgem da Soledade na semana anterior à procissão.

A cidade foi chegando, foi crescendo com a aparição do Senhor dos Passos em São Cristóvão [...]. A gente tinha trabalho para receber os fiéis e para guardar os ex-votos, e a cidade tornou-se esse movimento religioso, porque uma das festas maiores no estado de Sergipe é a do Senhor dos Passos. E todo ano ele tem uma túnica nova. Tem gente que faz promessas e dá as roupas do Senhor dos Passos. Compra o pano e dá para dona Madalena costurar. Uma das primeiras túnicas do Senhor dos Passos foi doada pelo barão de Laranjeiras. Até hoje está guardada na Matriz. (Santos, J., 2011).

Na descrição de Jorge dos Santos, o desenvolvimento da cidade se deu a partir da chegada da imagem do Senhor dos Passos e do crescimento da romaria. Ao falar do cuidado que os moradores têm com a recepção dosromeiros e com a guarda dos ex-votos, revela que todos os anos a imagem recebe uma nova túnica para a procissão. Nas memórias do carnavalesco de São Cristóvão, percebe-se uma separação entre os ex-votos e a doação de túnicas. Enquanto os primeiros eram deixados porromeiros, pagadores de promessas, as túnicas eram doações de pessoas da elite sergipana, como barões e senhores de engenho.²³ Na concepção do entrevistado, há uma distinção nas práticas devocionais de ricos e pobres.

Essa constatação em parte é evidente, pois apesar de haver um compartilhamento devocional entre a elite e as camadas populares da sociedade sergipana, existe um distanciamento no modo como essa devoção é exposta. Outra questão é que esse distanciamento aumentou consideravelmente ao longo dos primeiros decênios do século XX, momento em que a elite política local passou a desempenhar um papel de espectadora da romaria e as camadas populares assumiram o papel de protagonistas do enredo de dor. Pode-se assim dizer que desde a Primeira República os políticos sergipanos e a elite econômica passaram a buscar na cultura das camadas populares os pilares da identidade sergipana, os ícones da tradição. Tratava-se de uma estratégia de busca do passado por meio das práticas culturais. Contudo, a doação de túnicas para a imagem do Senhor dos Passos pela elite política aponta para a continuidade da prática ex-votiva nesse segmento social. Apesar do discurso

23 A túnica do Senhor dos Passos foi uma doação do Barão da Estância. Segundo Maria Monteiro, é “uma túnica bordada com fios de ouro e comprada na França”. É provável que a peça tenha sido encomendada a alguma costureira francesa do Rio de Janeiro, em alguma de suas viagens como deputado Geral do Império (Monteiro, 2003).

modernizador e da tentativa de civilizar os costumes, a persistência da entrega dos ex-votos revela que não somente as devoções, mas também algumas práticas devocionais eram compartilhadas entre pobres e ricos. Nesse caso, a distinção social se dava pelo poder aquisitivo, que tornava explícito o distanciamento entre as camadas sociais.

Na semana de Passos, os organizadores da cidade se movimentavam, costurando e lavando as túnicas. Eunice Batista²⁴ explica a arrumação e a lavagem das roupas do Senhor dos Passos e da Nossa Senhora da Soledade:

A arrumação a gente fazia. Na semana toda a gente vestia aqueles altarezi-nhos. Na quinta-feira a gente veste o Senhor dos Passos. Coloca a roupinha dele e a de Nossa Senhora da Soledade. O povo diz que é Nossa Senhora das Dores, mas é da Soledade, porque ela ficou só e saiu procurando o filho. Quem arrumava era eu, dona Marinete, dona Miralda Dantas, que lavava as roupas, dona Lourdes Tavares. As meninas da associação da gente, Nossa Senhora do Carmo. Tinha Everaldo e Henrique. Eram poucos. Eram pessoas escolhidas, porque tinha que ter muito respeito. A roupa do Senhor dos Passos quem lavava era eu. Eu cuidava de tudo do Senhor dos Passos. Lavava aquela roupa com todo o carinho, os santinhos, com muito respeito. A gente coloca a água, deixa de molho. No outro dia, tira aquela água e coloca no jardim, para não ficar à toa o sangue de Cristo. Era sempre gente direita, gente decente mesmo. Perfumava. Um perfume cheiroso. Dona Lourdes Tavares trazia sempre. Dona Miralda também botava aquele perfume. Ficava lindo! Quando descia e ficava pronto, batia o sino. (Batista, 2012).

A entrevista de Eunice Batista é elucidativa da construção simbólica do patrimônio imaterial na romaria do Senhor dos Passos. Os saberes e fazeres dos bastidores são vistos como um legado, um bem que é passado de geração a geração. As memórias de Eunice são marcadas pelos elementos sensoriais: pelos cheiros, pelos ruídos, pelo olhar – o que corrobora a observação de Michael Pollak de que as “recordações pessoais são de ordem sensorial: o barulho, os cheiros, as cores” (Pollak, 1989, p. 11). Os bastidores da

24 Eunice Batista foi criada no Orfanato Imaculada Conceição. Atualmente ela é uma das responsáveis pelos ofícios do Senhor dos Passos, executados durante sete semanas, nas sextas-feiras que antecedem e que sucedem a romaria.

solenidade no plano mnemônico são solenizados, edificando hierarquias que levam em consideração a questão moral, “de gente decente”. Trata-se, portanto, de uma memória coletiva que enaltece a formação de uma nova elite, que não é econômica nem política, mas da “gente de bem” da cidade, da gente que tem respeito ao Senhor dos Passos e às coisas do sagrado. Na tessitura dessas novas divisões, o patrimônio em sua perspectiva imaterial é revelado como um grande legado. A cidade escolhida pelo Senhor dos Passos é também o lócus da rememoração das dores do Cristo, da solidão da Virgem e do acolhimento aos romeiros.

Os vizinhos do Senhor dos Passos mostram-se em sua pluralidade, evidenciando que mesmo dentro de um segmento social são construídas novas formas de distinção, são redefinidos os lugares sociais da cada indivíduo. Dona Eunice Batista é uma personagem que carrega o legado da tradição e também representa o ator social que circula entre as diferentes instâncias do catolicismo. Se por um lado ela mostra-se como sobrinha do último terceiro do Carmo legítimo, por outro ela enfatiza a sua ligação com o Orfanato da Imaculada Conceição e suas concepções compartilhadas com os frades franciscanos. Assim, a tradição da romaria do Senhor dos Passos perpetua-se em constante processo de renovação e ressignificação.

Considerações finais

A romaria do Senhor dos Passos na cidade de São Cristóvão, antiga capital de Sergipe, é uma das principais celebrações católicas do Nordeste. Ao longo do século XX a celebração passou por importantes transformações no tocante ao processo de organização, com a gradativa substituição de profissionais, como os armadores, pelos membros das irmandades e ordens terceiras.

Essa redefinição do campo de trabalho na organização das festas na velha capital sergipana ilumina frestas do processo de reforma devocional católica, no qual as irmandades perderam espaço diante do fortalecimento do clero reformador. As festas religiosas se tornaram palco dos embates entre os defensores do catolicismo tradicional e os propulsores do catolicismo renovado. No seio desse conflito, os moradores da cidade circulavam entre os diferentes universos devocionais. O uso de fontes orais foi relevante para a compreensão dos bastidores da principal solenidade religiosa de Sergipe.

Além disso, neste momento em que emergem as discussões voltadas para o reconhecimento da romaria como patrimônio imaterial do estado de Sergipe, a oralidade se torna imprescindível. Nesse processo as fontes orais explicitam as reconstruções mnemônicas da festa religiosa e seus diferentes usos e leituras do passado.

Referências

ABREU, Martha. Outras histórias de Pai João: conflitos raciais, protesto escravo e irreverência sexual na poesia popular (1880-1950). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 31, p. 235-276, 2004. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/31_11_outras.PDF>. Acesso em: 24 out. 2011.

ALBERTI, Verena. Tradição oral e história oral: proximidades e fronteiras. *História Oral*, v. 8, n. 1, p. 11-28, jan./jun. 2005.

AULETE, Francisco Júlio de Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1881.

BARRETO, Luíz Antônio. *Personalidades sergipanas*. Aracaju: Typografia Editorial, 2007.

_____. Sergipanidade, um conceito em construção. *Infonet*, Aracaju, 2011. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=114296&titulo=Luis_Antonio_Barreto>. Acesso em: 20 dez. 2013.

BITENCOURT, Liberato. *Homens do Brasil: sergipanos ilustres*. Rio de Janeiro: Typ. Gomes Pereira, 1913.

BITTENCOURT JÚNIOR, Antônio. *A procissão dos penitentes do Senhor dos Passos: um estudo de comunicação na religiosidade popular na cidade de São Cristóvão no Estado de Sergipe*. 153 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 2003.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial, que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em: 20 maio 2012.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Quaresma e tríduo sacro nas Minas setecentistas: cultura material e liturgia. *Revista Barroco*, Belo Horizonte, v. 17, p. 209-219, 1993.

CARVALHO, Ana Conceição Sobral de. Sergipe e sua memória: atos e ações de preservação realizados pelo Poder Público Estadual. In: CARVALHO, Ana Conceição Sobral de; ROCHA, Rosina Fonseca (Org.). *Monumentos sergipanos: bens protegidos por lei e tombados através de decretos do governo do estado*. Aracaju: Sercore, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

DANTAS, Beatriz Góis. Calendário e festas na antiga São Cristóvão. In: SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão: Editora UFS, 2009. p. 17-28.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FARIAS, Juliana Barreto. A fé não costuma falhar. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 41, p. 24-28, 2009.

FERNANDES, Rubem César. *Os cavaleiros do Bom Jesus: uma introdução às religiões populares*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. *Romarias da Paixão*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Procissões na Bahia: teatro barroco a céu aberto. In: CONGRESSO INTERNACIONAL BARROCO, 2, 2001, Porto. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7559.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2011.

FRAGATTA, Thiago. *Mestres do Folk: Jorge do Estandarte*. 2007. Disponível em: <<http://thiagofragata.blogspot.com.br/2007/08/mestres-do-folk-jorge-do-estandarte.html>>. Acesso em: 2 dez. 2013.

FREITAS, Itamar. A história de Santiago e do seu Anuário. In: SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão: Editora UFS, 2009. p. 9-16.

GOMES, Ângela de Castro. A “cultura histórica” do Estado Novo. *Luso-Brazilian Review*, v. 36, n. 2, p. 103-108, 1999.

GUARANÁ, Armindo. *Diccionario bio-bibliografico sergipano*. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1925.

JOÃO. Livro do Apocalipse. In: *Bíblia Sagrada*. Trad. Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 1990.

MATTOS, Hebe Maria. Memórias do cativo: narrativas e etnotexto. *História Oral*, v. 8, n. 1, p. 43-60, jan./jun. 2005.

MEDINA, Ana Maria Fonseca. *Mário Cabral: vida e obra*. Aracaju: J. Andrade, 2010.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Na transversal da História. *História Oral*, n. 1, p. 11-18, jun. 1998.

NUNES, Verônica Maria Meneses. Ex-votos: sinais tangíveis da devoção popular. In: VIEIRA, Márcio José Garcez. *Senhor dos Passos em todos os passos*. Aracaju: J. Andrade, 2006.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Na Typographia de Silva, 1832.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. "As peripécias do pavoroso drama do Golgotha": a Procissão do Encontro em Aracaju. *Mnemosine Revista*, Campina Grande, v. 2, n. 1, p. 87-100, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~historia/mnemosinerevista/volume2/dossie_republica/MNEMOSINE-REVISTA-REPUBLICA-VOL2-N1-JAN-JUN-2011.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2012.

_____. "O Doloroso Encontro da Filha de Sião com seu Unigênito Filho": a solenidade de Passos em São Cristóvão, Sergipe. *Anais dos Simpósios da ABHR*, v. 3, 2012.

_____. "Os cravos e as rosas do Santíssimo Rosário": irmandades negras de Sergipe. In: PINTO, Luciano Rocha (Org.). *Histórias revistas: sobre instituições, corpos e almas*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013. p. 52-70.

_____. *Os Sete Passos da Paixão*: a solenidade do Senhor dos Passos na cidade de São Cristóvão (1886-1920). Aracaju: Criação, 2014.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus; NUNES, Verônica Maria Meneses. Na trilha dos Passos do Senhor: a devoção do Senhor dos Passos de São Cristóvão. *Revista da Fapese de Pesquisa e Extensão*, Aracaju, v. 2, p. 97-110, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.fapese.org.br/revista_fapese/v1n2-2005/artigo_7.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2010.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus; SANTOS, Ane Luíse Silva Mecnas. Bastidores da fé: a festa do Glorioso Santo Antônio do Carmo em São Cristóvão no século XIX. *Emblemas: Revista do Departamento de História e Ciências Sociais – UFG/CAC*, Catalão, v. 7, n. 1, p. 31-48, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/emblemas/article/view/12597/8242>>. Acesso em: 2 maio 2011.

SERGIPE. Conselho Estadual de Cultura. Processo nº 22/10, de 2 de junho de 2010. Assunto: Registro da Procissão do Senhor dos Passos como bem imaterial do Patrimônio Cultural Sergipano. Relatora: Ana Conceição Sobral de Carvalho.

SERGIPE. Decreto nº 27.720, de 24 de março de 2011. Reconhece a queijada, o manauê, a bolachinha de goma, o doce de pimenta do reino, o pé-de-moleque de massa puba, o beiju de tapioca, o amendoim verde cozido, o beiju macasado e o beiju saroio como Patrimônio Imaterial do Estado de Sergipe, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de Sergipe*, Aracaju, n. 26.257, 14 jun. 2011.

SILVA, Antonio Moraes. *Dicionário da língua portuguesa*: recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA FILHO, José Tiago da. Memória da Santa Casa de Misericórdia de São Cristóvão-Se. *Revista do Memorial*, Aracaju, n. 1, p. 141-164, 2011. Disponível em: <<http://www.tjse.jus.br/memorial/galeria-de-arquivos/finish/5/9/0>>. Acesso em: 4 dez. 2013.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÈMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 231-270.

SOUTELO, Luiz Fernando Ribeiro. A presença franciscana. In: GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. *Proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na lista do patrimônio mundial*. Aracaju: Secretaria do Estado da Infraestrutura; IPHAN; Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2007.

TALENTO, Biaggio; HOLLANDA, Helenice. *Basílicas e capelinhas*: um estudo sobre a história, arquitetura e arte de 42 igrejas de Salvador. Salvador: Bureau, 2008.

THOMPSON, Edward P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Trad. Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia [1707; 1853]*. Brasília: Senado Federal, 2007.

Fontes orais

BATISTA, Eunice. *Eunice Batista*. Entrevista concedida a Magno Francisco de Jesus Santos. São Cristóvão, 20 mar. 2012.

MONTEIRO, Maria Paiva. *Maria Paiva Monteiro*. Entrevista concedida a Magno Francisco de Jesus Santos. São Cristóvão, 6 dez. 2003.

SANTOS, Jorge dos. *Jorge dos Santos*. Entrevista concedida a Magno Francisco de Jesus Santos. São Cristóvão, 20 abr. 2011.

Resumo: A romaria do Senhor dos Passos da cidade de São Cristóvão, primeira capital de Sergipe, é uma das principais manifestações do catolicismo no nordeste brasileiro, reunindo mais de cem mil romeiros nos dois dias de celebrações. Este artigo discute o processo de reconhecimento oficial da romaria como patrimônio imaterial do povo sergipano, contrapondo-o às memórias dos organizadores das celebrações – de forma a evidenciar os diferentes modos de apropriação do bem simbólico. Tendo em vista esse propósito, a solenidade celebrada no “Domingo de Reminiscere”, o “domingo de lembrar”, torna-se palco privilegiado das tramas mnemônicas acerca do catolicismo em Sergipe.

Palavras-chave: memória oral, romaria, Sergipe, Senhor dos Passos.

“Reminiscere Sunday”: mnemonic frames of the pilgrimage of Our Lord of the Stations in Sergipe

Abstract: The pilgrimage of Our Lord of the Stations in the town of São Cristóvão, the first capital of Sergipe, is one of the main manifestations of Catholicism in northeastern Brazil, bringing together over a hundred thousand pilgrims in the two days of celebrations. This article discusses the process of official recognition of this pilgrimage as an intangible heritage of Sergipe people, in contrast to the memories of the organizers of the celebrations, highlighting the different modes of appropriation of the symbolic asset. In this sense, the ceremony that celebrates the “Reminiscere Sunday”, the “Remember Sunday”, becomes a privileged stage of mnemonic frames about Catholicism in Sergipe.

Keywords: oral memory, pilgrimage, Sergipe, Our Lord of the Stations.

Recebido em 12/01/2014

Aprovado em 21/07/2014